

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO n. 0500150-71.2020.8.05.0271 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma RECORRENTE: MIGUEL GERMANO DOS SANTOS FILHO Advogado (s): RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): ACORDÃO EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. RECORRENTE PRONUNCIADO PELA PRÁTICA DO CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO TORPE, MEIO CRUEL E EMPREGO DE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO FEITO EM VIRTUDE DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA POR MEIO DE VÍDEOCONFERÊNCIA. AFASTADA. POSSIBILIDADE CONFERIDA PELA RESOLUÇÃO Nº 317 /2020, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. ALEGAÇÃO DE QUE A CONDUTA FOI PRATICADA SOB O MANTO DA LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA. REJEIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA CATEGÓRICA DE SITUAÇÃO QUE FIZESSE O RECORRENTE CRER QUE ESTAVA EM SITUAÇÃO DE INJUSTA AGRESSÃO. DESPROPORCIONALIDADE E INADEQUAÇÃO DOS MEIOS UTILIZADOS. PEDIDO DE AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS. INVIABILIDADE. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS INICIAIS QUE JUSTIFICAM A IMPUTAÇÃO DAS QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONHECIDO E IMPROVIDO, NA ESTEIRA DO PARECER MINISTERIAL. Cuida-se de RECURSO EM SENTIDO ESTRITO interposto por MIGUEL GERMANO DOS SANTOS FILHO, em face da sentença prolatada, pelo Juízo de Direito da 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE VALENÇA/BA, a qual pronunciou o Recorrente nos termos do artigo 121, § 2º, incisos I, III e IV, do Código Penal. Inconformado, o Recorrente sustenta a existência de nulidade absoluta decorrente da audiência por meio de videoconferência. No mérito, pugnou-se pelo afastamento da decisão de pronúncia em decorrência da legítima defesa e da ausência de provas hábeis de autoria delitiva. Ao fim, pugnou pela exclusão das qualificadoras imputadas. De início, cumpre afastar o pedido de declaração de nulidade do feito formulado pela defesa. A propósito, a Resolução nº 317 /2020, do Conselho Nacional de Justiça permite a realização de audiência telepresencial devido às restrições impostas pela pandemia de COVID 19, respeitando todas as regras processuais e o amplo direito de defesa. Ademais, no caso em comento a defesa sequer demonstrou o prejuízo concreto que alega ter suportado. Assim, a preliminar deve ser refutada. No mérito, cumpre afastar o pedido de absolvição sumária. Com efeito, os depoimentos colhidos até então evidenciam, a priori, que o crime foi praticado pelo Recorrente e a sua atuação com o animus necandi. Além disso, não há substrato suficiente para o reconhecimento da legítima defesa, na medida em que é notória a desproporcionalidade e a inadequação do meio, em tese, utilizado pelo Recorrente para repelir a alegada injusta agressão. Assim, inexistem elementos, ao menos nesse momento, para constatar que o Recorrente realmente agiu conforme previsto no artigo 25 do Código Penal. Outrossim, cumpre rejeitar o pedido de afastamento das qualificadoras impostas na sentença de pronúncia. A propósito, os elementos contidos no manancial probatório, notadamente os depoimentos das testemunhas arroladas pela acusação, revelam que o Recorrente, em tese, praticou o crime por motivo torpe (para evitar o pagamento de dívida), mediante meio cruel (intensa violência) e com a utilização de recurso que dificultou a defesa da vítima. Logo, a sentença não merece reforma. Recurso em Sentido Estrito CONHECIDO e IMPROVIDO, na esteira do Parecer ministerial. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Conhecido e não provido Por Unanimidade Salvador, 7 de Dezembro de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO n.

0500150-71.2020.8.05.0271 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma  
RECORRENTE: MIGUEL GERMANO DOS SANTOS FILHO Advogado (s): RECORRIDO:  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): RELATÓRIO Para fins de  
exposição dos fatos, aproveita-se o relatório constante no Parecer de nº  
49915841, emitido pela Douta Procuradoria de Justiça. Des. Jefferson Alves  
de Assis – 2ª Câmara Crime 1ª Turma Relator PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo:  
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO n. 0500150-71.2020.8.05.0271 Órgão Julgador:  
Segunda Câmara Criminal 1ª Turma RECORRENTE: MIGUEL GERMANO DOS SANTOS  
FILHO Advogado (s): RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
Advogado (s): VOTO Tendo em vista que o recurso é próprio, tempestivo e  
foi interposto por parte legítima, estão preenchidos os pressupostos de  
admissibilidade, motivo pelo qual passo a examiná-lo. I – Preliminar de  
nulidade do feito em virtude da realização da audiência por meio de  
videoconferência. Afastada. Possibilidade conferida pela Resolução nº  
317/2020, do Conselho Nacional de Justiça De início, cumpre afastar o  
pedido de declaração de nulidade do feito formulado pela defesa. A  
propósito, a Resolução nº 317 /2020, do Conselho Nacional de Justiça  
permite a realização de audiência tele presencial devido as restrições  
impostas pela pandemia de COVID 19, respeitando todas as regras  
processuais e o amplo direito de defesa. Ademais, no caso em comento a  
defesa sequer demonstrou o prejuízo concreto que alega ter suportado.  
Assim, a preliminar deve ser refutada. II – Pedido de absolvição sumária.  
Alegação de que a conduta foi praticada sob o manto da legítima defesa  
putativa. Rejeição. Ausência de prova categórica de situação que fizesse o  
Recorrente crer que estava em situação de injusta agressão.  
Desproporcionalidade e inadequação dos meios utilizados No mérito, cumpre  
afastar o pedido de absolvição sumária. Com efeito, os depoimentos  
colhidos até então evidenciam, a priori, que o crime foi praticado pelo  
Recorrente e a sua atuação com o animus necandi. Além disso, não há  
substrato suficiente para o reconhecimento da legítima defesa, na medida  
em que é notória a desproporcionalidade e a inadequação do meio, em tese,  
utilizado pelo Recorrente para repelir a alegada injusta agressão. Assim,  
inexiste elementos, ao menos nesse momento, para constatar que o  
Recorrente realmente agiu conforme previsto no artigo 25 do Código Penal,  
cujo enunciado dispõe que: “entende-se em legítima defesa quem, usando  
moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou  
iminente, a direito seu ou de outrem”. Nessa linha intelectual, seguem  
julgados do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSO PENAL. AGRAVO  
REGIMENTAL DA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO. PEDIDO DE  
SUSTENTAÇÃO ORAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO REGIMENTAL. TESE  
DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA COLEGIALIDADE E DA AMPLA DEFESA. ARTS. 34,  
XX, E 202 DO RISTJ. NÃO OCORRÊNCIA. INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO REGIMENTAL.  
SUPERAÇÃO DE EVENTUAIS VÍCIOS. TESES DE INÉPCIA DA DENÚNCIA E DE AUSÊNCIA  
DE JUSTA CAUSA. PEDIDO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPROCEDENTE.  
DENÚNCIA APTA. PROVA DE MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA DEMONSTRADOS.  
VEROSSIMILHANÇA E PROBABILIDADE DAS IMPUTAÇÕES. DESCRIÇÃO CONCRETA E  
PARTICULARIZADA DAS CONDUTAS. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS.  
INADMISSÍVEL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. I – A Terceira Seção deste  
Superior Tribunal de Justiça sedimentou o entendimento de que "o Regimento  
Interno desta Corte prevê, expressamente, em seu art. 258, que trata do  
Agravo Regimental em Matéria Penal, que o feito será apresentado em mesa,  
dispensando, assim, prévia inclusão em pauta. A disposição está em  
harmonia com a previsão de que o agravo não prevê a possibilidade de

sustentação oral (art. 159, IV, do Regimento Interno do STJ)" (EDcl no AgRg nos ERESp n. 1.533.480/RR, Terceira Seção, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 31/5/2017). II – Os artigos 34, inciso XX, e 202, ambos do RISTJ, atribuem ao Relator a competência para "decidir o habeas corpus quando for inadmissível, prejudicado ou quando a decisão impugnada se conformar com tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência dominante acerca do tema ou as confrontar". III – A interposição do agravo regimental torna superada a alegação de afronta aos princípios do juiz natural e da colegialidade e torna prejudicados eventuais vícios relacionados ao julgamento monocrático, tendo em vista que, com o agravo, devolve-se ao órgão colegiado competente a apreciação do mérito da ação, do recurso ou do incidente. IV – O agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a decisão vergastada por seus próprios fundamentos. V – O trancamento da ação penal constitui medida de exceção que se justifica apenas quando estiverem comprovadas, de plano e sem necessidade de exame aprofundado de fatos e provas, a inépcia da exordial acusatória, a atipicidade da conduta, a presença de excludente de ilicitude ou de culpabilidade ou causa de extinção de punibilidade ou, enfim, a ausência de indícios mínimos de autoria ou de prova de materialidade. VI – Justa causa para a ação penal condenatória é o suporte probatório mínimo ou o conjunto de elementos de fato e de direito (*fumus comissi delicti*) que evidenciam a probabilidade de confirmar-se a hipótese acusatória deduzida em juízo. Constitui, assim, uma plausibilidade do direito de punir, extraída dos elementos objetivos coligidos nos autos, os quais devem demonstrar satisfatoriamente a prova de materialidade e os indícios de que o denunciado foi o autor de conduta típica, ilícita (antijurídica) e culpável. VII– Para o recebimento da peça acusatória, não se exige prova cabal de todas as afirmações de fato e de direito tecidas na denúncia, pois é suficiente a sua verossimilhança, desde que bem assentada no acervo de elementos cognitivos que subsidiam a acusação. VIII – Com relação à descrição do fato criminoso nos crimes de autoria coletiva, conquanto não se possa exigir a descrição pormenorizada da conduta de cada denunciado, é necessário que a peça acusatória estabeleça, de modo objetivo e direto, a mínima relação entre o denunciado e os crimes que lhe são imputados. O entendimento decorre tanto da aplicação imediata do art. 41 do Código de Processo Penal como dos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório, da individualização das penas e da pessoalidade. IX – As palavras do colaborador, embora sejam suficientes para o início da investigação preliminar, não constituem motivo idôneo autônomo para fundamentar o recebimento da peça acusatória. Ademais, os documentos produzidos unilateralmente pelo colaborador não têm o valor probatório de elementos de corroboração externos, visto que a colaboração premiada é apenas meio de obtenção de prova. X – O Ministério Público Federal imputa a José Antônio Wermelinger Machado a prática dos crimes de corrupção passiva e de pertencimento a organização criminosa. Narra-se, em síntese, que ele, entre os anos de 2011 e 2014, na condição de assessor parlamentar do Deputado Estadual André Gustavo Pereira Corrêa da Silva, intermediou o recebimento por este de vantagens ilícitas pagas pelo então Governador do Rio de Janeiro Sérgio de Oliveira Cabral a fim de que o parlamentar estadual, em violação de dever funcional, apoiasse os projetos políticos

encaminhados pelo Poder Executivo à deliberação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Nesse mesmo cenário, afirma-se, o recorrente atuou na ocultação e dissimulação dos valores ilicitamente percebidos pelo Deputado Estadual André Côrrea. XI – Os elementos de informação amealhados no curso das investigações indicam, em cognição sumária, com grau de probabilidade suficiente para a instauração do processo penal, que o recorrente incorreu nos crimes de corrupção passiva e de pertencimento a organização criminosa que lhe são imputados, mediante intermediação do recebimento de valores ilícitos pelo Deputado Estadual André Côrrea e gerenciamento do "loteamento" de cargos na Administração Estadual. XII – O exame da denúncia e dos numerosos documentos que a subsidiam deixa evidente haver dados de corroboração externos e autônomos com relação ao conteúdo das colaborações premiadas, obtidos em medidas de interceptação telefônica e telemática, em execução de mandados de busca e apreensão, em compartilhamento de informações com outros processos, entre outras diligências investigatórias. XIII – A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal. Não se vislumbra ausência de pressuposto ou de condição da ação, nem da justa causa para o processo. Ademais, não é o caso de nenhuma das hipóteses de absolvição sumária do art. 397 do CPP. Lado outro, as imputações são suficientemente concretas e particularizadas, a permitir o pleno exercício da ampla defesa e do contraditório. Por conseguinte, impõe-se o prosseguimento da ação penal, a fim de que sejam efetivamente apuradas as imputações formuladas contra o recorrente. XIV – A apreciação das teses veiculadas pelo recorrente, no sentido e na profundidade que pretende, excede os limites da cognição do habeas corpus, que não admite dilação probatória. Com efeito, o provimento jurisdicional por que a Defesa pugna nesta via é de natureza tal que só pode ser alcançado ao término da instrução processual, por ocasião da sentença, pois exigiria apreciação abrangente e aprofundada do vasto acervo de elementos de cognição que instruem os autos da ação penal na origem. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 130.466/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/12/2020, DJe 15/12/2020) AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO PRONÚNCIA. LEGÍTIMA DEFESA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO CABAL. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. QUALIFICADORAS. MOTIVO FÚTIL. DISCUSSÃO BANAL. SURPRESA. ATAQUE DE INOPINO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Embora o art. 397 do Código de Processo Penal autorize a absolvição sumária do réu, tal decisão somente poderá ser adotada ante a manifesta existência de causa excludente de ilicitude ou das demais situações previstas no referido artigo. 2. Para se reconhecer que o agravante haveria agido em legítima defesa, seria necessário acurado reexame do conjunto fático-probatório, vedado em recurso especial, a teor da Súmula n. 7 do STJ. 3. Somente é cabível a exclusão das qualificadoras, na decisão de pronúncia, quando manifestamente improcedentes, pois cabe ao Tribunal do Júri, diante dos fatos narrados na denúncia e colhidos durante a instrução probatória, a emissão de juízo de valor acerca da conduta praticada pelo réu. 4. Uma vez que as instâncias ordinárias consignaram haver elementos nos autos a evidenciar que o crime foi motivado por uma discussão banal entre acusado e ofendido momentos antes da prática do crime e que a vítima foi atacada de inopino, retirar a incidência das qualificadoras do motivo fútil e da surpresa implicaria reexame das provas dos autos. Importante salientar que a simples existência de prévio desentendimento não é suficiente para afastar da pronúncia a qualificadora

do motivo fútil, de modo que é necessário o reexame do conteúdo fático-probatório do processo para essa verificação. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 1420950/PB, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 21/02/2020) III – Pedido de afastamento das qualificadoras. Inviabilidade. Existência de elementos probatórios iniciais que justificam a imputação das qualificadoras na sentença de pronúncia Outrossim, cumpre rejeitar o pedido de afastamento das qualificadoras impostas na sentença de pronúncia. A propósito, os elementos contidos no manancial probatório, notadamente os depoimentos das testemunhas arroladas pela acusação, revelam que o Recorrente, em tese, praticou o crime por motivo torpe, mediante meio cruel e com a utilização de recurso que dificultou a defesa da vítima. Nesse sentido, o crime teria sido praticado para assegurar a ausência do pagamento da dívida que o Recorrente possuía com a vítima e pela irresignação daquele em virtude da vítima ter dito que cobraria a dívida dos familiares do Recorrente. Por sua vez, o meio cruel decorre da intensa violência com que a vítima foi atingida pelos golpes, com lacerações em sua face e no pescoço, o que fez com que tivesse, no próprio local, uma hemorragia até sua morte. A seu turno, a perícia demonstrou que a vítima foi atingida na parte de trás da cabeça, indicando que foi surpreendida pelas costas, subtraindo a chance de resistência. Sendo assim, existe lastro probatório idôneo para manter as qualificadoras, a fim de que as mesmas sejam apreciadas pelo Júri Popular, que é o órgão competente para, a depender das provas que também forem produzidas em Plenário, incluí-las ou excluí-las do veredicto. Nesse sentido, dar guarida à pretensão recursal para afastar, de pronto, as qualificadoras, afrontaria o princípio do juiz natural, o que não é admissível. Nessa trilha, seguem julgados do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. HOMICÍDIO. EXPOR A VIDA OU A SAÚDE DE OUTREM A PERITO DIRETO E IMINENTE. ARTS. 304, 305, 306 E 308 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. OBEDIÊNCIA AO ART. 41 DO CPP. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. DESCLASSIFICAÇÃO DO HOMICÍDIO PARA MODALIDADE CULPOSA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCOMPATIBILIDADE DO DOLO EVENTUAL COM A QUALIFICADORA PREVISTA NO INCISO IV DO PARÁGRAFO 2º DO ART. 121 DO CP. EXCLUSÃO. POSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. 1. Esta Corte – HC 535.063, Terceira Seção, Rel. Ministro Sebastião Reis Junior, julgado em 10/6/2020 – e o Supremo Tribunal Federal – AgRg no HC 180.365, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 27/3/2020; AgRg no HC 147.210, Segunda Turma, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 30/10/2018 –, pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado. 2. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal e do inquérito por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito. 3. A alegação de inépcia da denúncia deve ser analisada de acordo com os requisitos exigidos pelos arts. 41 do CPP e 5º, LV, da CF/1988. Portanto, a peça acusatória deve conter a exposição do fato delituoso em toda a sua essência e com todas as suas circunstâncias, de maneira a individualizar o quanto possível a conduta imputada, bem como sua

tipificação, com vistas a viabilizar a persecução penal e o exercício da ampla defesa e do contraditório pelo acusado. Precedentes. 4. No caso, verifica-se que a inicial acusatória preenche os requisitos exigidos pelo art. 41 do CPP, porquanto descreve as condutas atribuídas ao paciente, permitindo-lhe rechaçar os fundamentos acusatórios, narrando de modo suficiente que ele, dirigindo sob a influência de bebida alcoólica, em alta velocidade, com carona em seu carro, participava de disputa na direção de veículo automotor em via pública, quando bateu na motocicleta da vítima, provocando-lhe sua morte, bem como deixou de prestar socorro à ofendida e afastou-se do local do acidente. 5. Ademais, o reconhecimento da inexistência de justa causa para o prosseguimento da ação penal e da atipicidade da conduta exigem profundo exame do contexto probatórios dos autos, o que é inviável na via estreita do writ. Precedentes. 6. Quanto à desclassificação do delito de homicídio doloso para culposo, cumpre ressaltar que este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que, acolher a tese da defesa de que o paciente não agiu com dolo eventual, demandaria o aprofundado revolvimento do conjunto fático-probatório, providência inviável na via estreita do habeas corpus. Ora, cabe ao Juízo processante primeiramente decidir sobre a existência do dolo, a materialidade do crime e os indícios de autoria da conduta delitiva para submeter o acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri, com base nas provas a serem amealhadas na fase do iudicium accusationis. 7. Com efeito, conforme entendimento firmado no âmbito desta Corte, as qualificadoras somente podem ser excluídas na fase do iudicium accusationis se manifestamente improcedentes. Precedentes. 8. Tem prevalecido nesta Corte Superior a tese de incompatibilidade entre o dolo eventual com as circunstâncias qualificadoras do inciso IV do § 2º do art. 121 do Código Penal, pois, tratando-se de crime no trânsito, com dolo eventual, não se poderia concluir que tivesse o agente deliberadamente agido de surpresa, de maneira a dificultar ou impossibilitar a defesa da vítima. 9. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para afastar a qualificadora do inciso IV do § 2º do art. 121 do Código Penal. (HC 634.637/AC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 04/05/2021, DJe 10/05/2021) PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE NO LAUDO PERICIAL. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA PRONUNCIAR. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. MATÉRIA A SER ANALISADA PELO TRIBUNAL POPULAR. QUALIFICADORAS. 1. Somente é possível a exclusão das qualificadoras na decisão de pronúncia quando manifestamente descabidas, uma vez que tal análise deverá ficar a cargo do Conselho de Sentença, em respeito ao princípio do juiz natural. 2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 879.265/GO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 09/06/2016) Logo, a sentença não merece reforma. IV – Dispositivo Isto posto, voto no sentido de CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao Recurso em Sentido Estrito. Sala das sessões, de de 2023. Presidente Des. Jefferson Alves de Assis Relator